



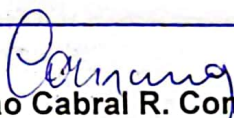
Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

prosseguirá o terceiro escrutínio, após o qual não havendo definição, o veto será mantido.”

Art. 10º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marechal Floriano, 15 de julho de 2013.


João Cabral R. Concilglieri
Presidente



Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Art. 4º - O art. 175 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 175- Os processos de votação são dois: simbólico e nominal."

Art. 5º - O § 2º do art. 175 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 175- ...

§ 2º - O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, a favor ou contra a matéria."

Art. 6º - Fica revogado o § 3º do art. 175 do Regimento Interno.

Art. 7º - O inciso V do art. 177 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 177...

V – proposta de emenda à Lei Orgânica e alteração ou reforma do Regimento Interno."

Art. 8º - O art. 177 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VII e VIII:

"Art. 177...

VII – Veto

VIII – Eleição da Mesa Diretora."

Art. 9º - O art. 209 passa a vigorar acrescido do §7º:

"Art. 209 ...

"§ 7º- Havendo empate no caso de veto, proceder-se-á o segundo escrutínio para fins de desempatar a votação e, persistindo o empate,



Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 15 DE JULHO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO."

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE MARECAL FLORIANO aprovou, e eu, JOÃO CABRAL RODRIGUES CONCIGLIERI, Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 26 da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte;

RESOLUÇÃO:

Art. 1º - O § 7º do artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º-...

§ 7º- A eleição dos membros da Mesa Diretora far-se-á por maioria absoluta de votos, em escrutínio público, assegurando-se o direito de voto, inclusive aos candidatos a cargos da Mesa Diretora e utilizando-se para votação o processo nominal."

Art. 2º - O art. 21 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21 - O Presidente da Câmara, somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quorum de votação de 2/3 (dois terços), no caso de julgamento de veto, e ainda nos casos de desempate de matéria, de eleição e de destituição de membros da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes".

Art. 3º - O art. 174 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 174- O voto será público em todas as deliberações da Câmara."